



MANIFESTO PELA FORMAÇÃO PLENA DE PROFESSORES: CONTRA A RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019



É extremamente preocupante a proposta de mudança do currículo da formação de professores, engendrada pela Resolução CNE/CP Nº 2/2019, que institui uma Base Nacional Comum (BNCFIP) para formação inicial de professoras e professores da Educação Básica, em substituição à Resolução CNE/CP Nº 2/2015, e que também impõe drásticas mudanças nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de Pedagogia.

Pela proposta apresentada pelo Conselho Nacional de Educação, o currículo desse curso sofrerá um enorme retrocesso, na medida em que a formação para o magistério na Educação Infantil, no Ensino Fundamental I e para a Gestão Escolar, será novamente convertida em habilitações independentes e desconectadas, fragmentando e alienando a formação do profissional da educação. Veiculada precária e impropriamente na forma de um resumo apresentado em Power Point, a referida proposta representa um violento ataque aos cursos de Pedagogia, pois, baseada em uma concepção tecnicista e neoliberal da educação, compromete a sólida formação teórica, prática e crítica dos profissionais da educação, além de ferir a autonomia das universidades, garantida pela Constituição Federal, e das faculdades de educação na elaboração dos seus currículos e processos formativos.

Entendemos que a reformulação pretendida empobrece a formação desses profissionais e, por conseguinte, cerceia seu campo de atuação como responsáveis pela formação das crianças e dos jovens, impactando negativamente a qualidade da educação básica brasileira.

A revisão dessa iniciativa é, portanto, urgente, e vai ao encontro da concepção da Pedagogia como formação plena, que integra dialeticamente teoria e prática e que deve ser assegurada em toda a sua complexidade e guiada por diretrizes construídas com ampla participação e colaboração das entidades profissionais e acadêmicas do campo e da educação.

Consideramos, ainda, que a proposta do CNE ataca diretamente o curso de Pedagogia e as demais licenciaturas, bem como as universidades públicas, especialmente as faculdades de educação, ao desconsiderar e deslegitimar a pesquisa em educação realizada há décadas nessas instituições e cujos resultados têm se mostrado de extrema relevância para a superação de boa parte dos problemas educacionais enfrentados pelo país.

Posicionamo-nos, portanto, contrariamente a essa proposta, bem como a quaisquer outras que venham a ser formuladas de modo arbitrário, unilateral e desprezando a participação popular.

Exigimos, por fim, a abertura de audiências públicas para que a matéria seja amplamente debatida pelos setores interessados, a fim de assegurar uma formação sólida, integral, crítica, plena, socialmente referenciada e autônoma para as professoras e os professores e, assim, propiciar uma educação básica de qualidade, direito inalienável de todas as crianças e jovens brasileiros.